

Uma Política de Desenvolvimento Regional à Altura da Amazônia

O Brasil aprendeu como combater o desmatamento; falta aprender como criar empregos recuperando aquilo que já foi derrubado.

Por Salo Coslovsky

Salo Coslovsky é professor na Universidade de Nova York e pesquisador do Projeto Amazônia 2030



Arquivo Pessoal

Comecei a trabalhar na Amazônia há 25 anos. Naquela época, a aliança entre ambientalistas e povos da floresta, que persiste até hoje, já estava formada e tinha identificado duas prioridades principais. Primeiro, era preciso combater o desmatamento. Segundo, era preciso transformar os incentivos econômicos vigentes para que os demais amazônidas vislumbrassem mais lucro mantendo a floresta em pé do que derrubando suas árvores.

Na primeira prioridade, os avanços foram extraordinários. Por duas vezes, os governos Lula e as gestões de Marina Silva à frente do Ministério do Meio

Ambiente conseguiram reduzir o desmatamento de forma notável. O ciclo inicial ocorreu entre 2004 e 2012, quando houve queda de 83% na derrubada de florestas primárias, de quase 28 mil km² no início do período para menos de 5 mil km² no seu final. O segundo ciclo começou em 2022, quando o presidente Lula e a ministra Marina voltaram ao poder. Apesar das condições serem mais adversas, eles, junto com suas equipes e aliados, conseguiram reduzir o desmatamento mais uma vez, e a cada ano a supressão florestal tem caído mais.

Na segunda prioridade, porém, o sucesso tem sido modesto, e esse flanco desguarnecido cria problemas graves. Aqueles que combatem o desmatamento, por exemplo, precisam trabalhar dobrado, uma vez que a repressão alimenta sua própria resistência. Outro risco é o retrocesso, e isso já ocorreu antes. Entre 2012 e 2022, a alternância de poder no governo federal permitiu que o desmatamento voltasse a subir até atingir um pico de 13 mil km² em 2021.

E, mesmo quando políticos que defendem a revogação das leis socioambientais não detêm o poder executivo federal, eles encontram formas de avançar sua pauta em outras frentes. A Moratória da Soja, por exemplo, produziu excelentes resultados por 20 anos, mas foi abandonada pelos signatários em 2026, depois de uma ofensiva ancorada no Mato Grosso e alguns outros estados. No Congresso, a hostilidade à conservação também cresce. Em vez de discutir e aprovar leis que demarcam mais terras indígenas ou criam novas unidades de conservação, o Poder Legislativo tem enfatizado projetos que ganham apelidos reveladores, como “MP da Grilagem”, “PL da Morte”, “PL da Devastação” e “Lei do Veneno”.

Mas se a transformação econômica é tão importante, por que não avançou? Acredito que a resposta passa pela prevalência de três ideias equivocadas que criam uma ilusão de progresso, mas não entregam bons resultados.

A primeira ideia equivocada é a percepção de que a bioeconomia amazônica vai bem, avança a passos largos e está prestes a dominar o cenário. Essa impressão é alimentada por uma sequência infindável de anúncios efusivos, eventos, prêmios, novos fundos e iniciativas de fomento, incluindo incubadoras e aceleradoras com teses visionárias. A realidade, infelizmente, exige sobriedade.

Nos últimos cinco anos, eu tenho interagido de forma intensa e frequente com empresas e cooperativas ligadas aos negócios da floresta, incluindo aquelas que trabalham com açaí, cacau, café, castanha e pimenta-do-reino. O que descobri é que os empreendimentos viáveis, capazes de pagar suas próprias contas sem subsídios generosos do governo, são poucos e, em geral, pequenos, frágeis, isolados, sem representação setorial nem capacidade de diálogo com órgãos governamentais. Não há nada errado em celebrar pequenas conquistas. O que atrapalha é quando a celebração vira cortina de fumaça.

A segunda ideia equivocada é a crença de que os instrumentos de fomento consagrados, especialmente subsídios e isenções, dão conta da missão. Não dão, pois não são bem adaptados ao problema que precisam enfrentar, e não costumam ser implementados com o discernimento necessário. Segundo consegui apurar, o que impede o sucesso dos negócios da floresta é a hostilidade extremada do ambiente onde eles operam, criada pela escassez de bens públicos, custos de transação elevados, regras que atrapalham sem proteger, ausência de tecnologias apropriadas e condições desiguais de acesso a mercados. São problemas relativamente específicos, porém compartilhados e, por isso, exigem soluções deliberadas.

A terceira ideia equivocada é a insistência de que só fábricas e chaminés trazem prosperidade. As fábricas foram verdadeiras escadas rolantes do desenvolvimento no século 20 e continuam sendo importantes, mas o mundo mudou. A ascensão da China e a crescente automação de processos industriais reduzem a capacidade das indústrias convencionais de criar empregos no volume que será necessário. Pior, insistir na manufatura como único caminho para a prosperidade mantém invisível o ativo mais valioso e subaproveitado da Amazônia, os 85 milhões de hectares de terras que foram desmatadas no passado e hoje servem majoritariamente como pasto. Uma intensificação modesta da pecuária poderia liberar 37 milhões de hectares para outros usos, sem prejuízo do crescimento da produção de carne. E são áreas com acesso razoável a estradas, onde melhorias na infraestrutura não provocariam desmatamento adicional, pois a vegetação já foi retirada.

Por isso, eu tenho defendido a restauração produtiva e ecológica das áreas já desmatadas, aquilo que o Amazônia 2030 chama de “rematamento”, como estratégia de desenvolvimento regional.

Não é tarefa fácil, mas outros países têm demonstrado a ambição de que precisamos. Por exemplo, a China recuperou 16 milhões de hectares líquidos de florestas entre 2015 e 2025. O Vietnã ampliou sua cobertura florestal em 5 milhões de hectares entre 1990 e 2020. E onze países africanos restauraram 20 milhões de hectares entre 2007 e 2020 para produzir uma Grande Muralha Verde que vai do Senegal à Etiópia. O esforço custou US\$ 2,5 bilhões e gerou 350 mil empregos, o equivalente a um emprego a cada US\$7 mil investidos, uma verdadeira pechincha.

A Amazônia está diante de uma oportunidade desse mesmo porte, e o primeiro passo para aproveitá-la é entender melhor onde estamos, onde queremos ir e o que precisamos para chegar lá. O segundo passo é montar uma coalizão maior do que a que venceu a primeira batalha. Por muitas décadas, os seringueiros não eram aliados dos povos indígenas, muito pelo contrário. Apesar disso, conseguiram superar suas diferenças e liderar um esforço de conservação sem precedentes. A recuperação das áreas abertas vai exigir um movimento semelhante, com elenco ampliado para incluir os membros mais esclarecidos da elite econômica e liderança política regional.

Fonte: <https://www.estadao.com.br/economia/salo-coslovsky/uma-politica-de-desenvolvimento-regional-a-altura-da-amazonia/>